

Uma análise comparativa das políticas econômicas externas do Brasil e da Argentina durante a Segunda Guerra Mundial

Francisco Luiz Corsi *

1- Introdução

Partimos da proposição segundo a qual a política externa pode ser um importante instrumento de desenvolvimento econômico e social, sobretudo para países periféricos, caracterizados por uma inserção subordinada e dependente na economia mundial. Apesar da relativa autonomia de seus formuladores, a política externa, por um lado, expressa a correlação de forças existente na sociedade e o projeto nacional das classes dominantes. Por outro lado, é condicionada pela inserção do país na economia mundial e pela situação geopolítica e geoeconômica em um mundo fortemente hierarquizado. Aqui ganha relevo as relações políticas e econômicas com a potência dominante, ou potências em luta pela hegemonia.

Projeto nacional de desenvolvimento não é entendido aqui como um projeto que integra os interesses coletivos da nação. Entendemos que cada classe e setor de classe podem ter um projeto para a nação. Ao falarmos em projeto não significa que as ações das classes, das facções de classe e de grupos estejam previamente dadas por um projeto definido a priori, pois os projetos nacionais nunca aparecem acabados. Eles sofrem inflexões, ganham densidade, são abandonados etc. a partir da luta social e das mutantes circunstâncias políticas, sociais e econômicas internas e externas.

A partir dessa perspectiva procuramos no presente artigo discutir a política externa do Brasil e da Argentina em um período de acirramento dos conflitos internacionais, no qual os EUA firmavam-se como potência incontestada do mundo capitalista, e de crise da velha divisão internacional do trabalho. Neste contexto, abriram-se novas possibilidades de desenvolvimento para os países periféricos, que já tinham alcançado certo patamar de desenvolvimento econômico.

* Professor de Economia Brasileira do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Estas novas possibilidades se inserem no quadro de relativa desarticulação da economia mundial e de crise estrutural do capitalismo, marcada pela I Guerra Mundial, Revolução Russa, Grande Depressão dos anos 1930 e II Guerra Mundial. As profundas transformações na ordem internacional decorrentes desses eventos tiveram múltiplos impactos na periferia. Os projetos nacionais de desenvolvimento que surgiram na América Latina nesse período, como por exemplo, o de Cardenas no México, o de Vargas no Brasil e o de Perón na Argentina, só podem ser compreendidos se levarmos em conta esse contexto, que abriu espaços para a autonomia e o desenvolvimento nacionais e explicitou os limites das economias agrário-exportadoras (HOBSBAWM, 1995; CORSI, 2000; RAPOPORT, 2006)².

Brasil e Argentina a partir de situações política, social e econômica internas e posições geopolíticas distintas deram respostas diferentes ao esgotamento das economias agrário-exportadoras e aos conflitos internos que vinham se acumulando desde, pelo menos, a I Guerra Mundial, no novo contexto internacional. A vida política argentina e brasileira não passariam incólumes pela crise aberta em 1929, embora não se possa estabelecer uma relação simplista entre tais mudanças e a crise internacional. Hipólito Yrigoyem, eleito pela União Cívica Radical, foi deposto, em setembro de 1930, por um golpe de Estado. A queda de Yrigoyem significou a reafirmação do setor agropecuário voltado para as exportações e aliado ao capital estrangeiro, em particular ao britânico, que formavam o bloco hegemônico defensor do Estado Liberal e da inserção da Argentina como produtora de bens primários na economia mundial (ETUALAIN, 1991). A Revolução de 1930 abriu novas possibilidades de mudanças estruturais e de desenvolvimento para o Brasil ao deslocar a oligarquia cafeeira da posição hegemônica e ao abrir uma crise de hegemonia na qual nenhum setor dominante tinha condições de firmar sua proeminência (FAUSTO, 1988). Os anos iniciais da década de 1930 foram de grande instabilidade política e econômica, com diferentes projetos em luta. Não estava decidido ainda por quais caminhos seguiria a economia brasileira. A vitória do projeto de Vargas, configurada na

² A discussão sobre esgotamento das economias agrário-exportadoras em ambos os países é extensa. Ver a respeito, entre outros, Arceo (2003), Di Tella e Zymelman (1965), Furtado (1982), Mello (1982) e Rapoport (2007).

instauração do Estado Novo, não estava inscrita na revolução (PANDOLFI, 2003). Mesmo esse projeto era algo não muito definido nesse momento (CORSI, 2000). Na Argentina, o controle do poder pelos grandes proprietários e pela chamada oligarquia diversificada fechou o leque de opções de encaminhamento da crise, embora a coligação conservadora tenha tentado responder a crise e se adaptar a nova situação interna e mundial (JORGE, 1975).

O Brasil, como já sobejamente discutido pela literatura, respondeu a crise adotando uma política econômica de caráter heterodoxo, cujo eixo residia na política de defesa do café. Esta política, somada a políticas fiscal, monetária e creditícia expansivas e ao controle do câmbio, foi responsável pela rápida recuperação da economia e pelo desencadeamento do processo de industrialização. Em pouco tempo a política de Vargas evoluiria para um projeto de desenvolvimento centrado na industrialização e no mercado interno, que ganharia densidade no Estado Novo (CORSI, 2000). Enquanto isso, a Argentina, pelo menos inicialmente, respondeu a crise por meio de políticas monetárias, fiscais e creditícia ortodoxas, o que agravou as consequências da depressão. A industrialização avançou no país platino muito mais em virtude do estrangulamento externo do que em decorrência de estímulos advindos da política econômica, que, no entanto, acabou, sem almejar esse objetivo, incentivando a indústria, sobretudo devido à introdução de controles de câmbio (FERRER, 2006).

A partir de 1930 a economia brasileira apresentaria um crescimento médio superior ao apresentado pela economia argentina, que seria superada pela sua rival. Os anos dourados da Argentina, fruto do impressionante crescimento do final do século XIX até a I Guerra Mundial, que gerou a “crença em um ‘destino manifesto’ excepcional e único no contexto latino-americano”, tinham acabado (FAUSTO e DEVOTO, 2004: 24), embora isso não fosse ainda claro para muitos contemporâneos, que acreditavam no retorno a “normalidade”. A industrialização avançaria mais no Brasil, que ganharia crescente peso na economia e na política regional, ofuscando a Argentina. Esse desfecho deveu-se, em parte, as diferentes políticas econômicas e políticas externas adotadas pelos governos do Brasil e da Argentina, que expressavam os distintos

projetos nacionais das alianças de classe que sustentavam o Estado entre 1930-1945 em ambos os países.

2- A Segunda Guerra, a política externa e os rumos da economia

Um dos momentos cruciais para os rumos da economia dos dois países foi o período da Segunda Guerra Mundial. Segundo Carlos Escudé (1983), a firme aliança da Argentina com a Grã-Bretanha e sua política externa independente em relação aos EUA³, pautada pelo enfretamento às pretensões hegemônicas norte-americanas na América do Sul, sobretudo a política de neutralidade adotada durante a guerra, seriam de fundamental importância para explicar o relativo atraso do desenvolvimento argentino, devido ao bloqueio econômico e as constantes tentativas de desestabilização política da Argentina levadas a cabo pelo governo dos EUA, que se estenderiam até 1949.

Os argumentos de Escudé (1983) são, sem dúvida, relevantes. O boicote econômico norte-americano privou a indústria argentina do fornecimento de máquinas e equipamentos em um momento de sobre utilização da capacidade produtiva e enorme carência de peças de reposição, além reduzir o fornecimento de combustíveis, produtos químicos, produtos de borracha etc., o que ampliou os pontos de estrangulamento da economia argentina. Dado o acanhado desenvolvimento do setor produtor de bens de capital, era crucial para o aprofundamento da industrialização financiamento e acesso a esses produtos. A Grã-Bretanha, aliada estratégica da Argentina, há muito não tinha condições de fornecê-los. Desde os anos 1920, esse papel era

3 Para o referido autor, a política externa independente em relação aos EUA fazia parte da cultura política argentina e datava desde o final do século XIX. De forma considerada temerária, a Argentina confrontou sistematicamente a nova potência em ascensão. Contrapunha-se a doutrina Monroe. Buscou encaminhar em raia própria uma solução para a guerra do Chaco. Opôs-se sistematicamente aos EUA nas Reuniões Pan-americanas realizadas a partir de 1936, assim como a política de boa vizinhança. Além de manter a neutralidade durante a guerra, conclamava seus vizinhos a cerrarem fileira contra o imperialismo norte-americano (ESCUDE, 1983). Esta postura também fazia parte da política de transformar a Argentina em uma potência regional. Nesse aspecto, disputava espaço com o Brasil, apesar do incremento dos laços comerciais. A rivalidade entre ambos e a pretensão de se tornarem potências regionais condicionaram a política dos dois países (Escudé, 1983; MORGENFELD, 2011). Contrastando com essa postura, a política externa brasileira tendeu para os EUA (CERVO e BUENO, 1992).

ocupado pelos EUA. Porém, a crise de 1929, os controles de câmbio, a não conversibilidade da libra a partir de 1931 e o acordo Roca-Runcinam puseram em xeque o comércio triangular entre Argentina, Grã-Bretanha e EUA, no qual os superávits com a Inglaterra cobriam os déficits com os norte-americanos, o que impunha a busca de novas estratégias de desenvolvimento para Argentina. Problema colocado desde a década de 1930, mas que agudizou-se na década seguinte (ESCODÉ, 1983; FODOR e O'CONNELL, 1973).

Neste contexto, a política contraditória dos EUA em relação à Argentina, que desde os anos 1920 fechavam seu mercado para os produtos argentinos ao mesmo tempo em que pressionavam contra o tratamento privilegiado dado aos ingleses no comércio, no câmbio e no pagamento das dívidas, também contribuiu para atrelar ainda mais a evolução da economia argentina a decadente Inglaterra. Além disso, os EUA não admitiam a postura argentina de disputar espaço no que consideravam sua área de influência. Dessa maneira, se fecharam a possibilidade de saídas alternativas. Depois da entrada dos EUA na guerra, as pressões para um estrito alinhamento dos países latino-americanos aumentaram. Nessa situação, a Argentina encontraria enormes dificuldades para enfrentar o importante problema de financiamento externo da industrialização, embora vários aspectos da política econômica adotada a partir de 1933 terem estimulado o setor industrial. Contudo, o ponto central parece residir no caráter do projeto nacional da coligação conservadora, que não contemplava um abrangente processo de industrialização e a alteração da inserção da economia argentina na economia mundial. As dificuldades acerca deste problema não podem ser atribuídas a questões institucionais, pois uma das principais iniciativas de F. Pinedo, então Ministro da Fazenda, foi a criação do banco central (1935), que teria grande poder para regulamentar da economia e poderia ter atuado de maneira ampla na criação de mecanismos internos de financiamento do desenvolvimento ao invés de se preocupar em demasia com a estabilidade da economia ao longo do ciclo.

Para Escudé (1983), as razões da postura de enfretamento dos EUA por parte da Argentina são diversas. A pouca complementaridade entre as duas economias consistia em fator chave que dificultava a sua aproximação ao novo centro hegemônico. A tradição de uma política externa

independente e a neutralidade durante a I Guerra também pesaram. Também pesou a avaliação equivocada segundo a qual a Argentina seria uma potência regional que teria condições de enfrentar os EUA e disputar espaço com ele na região. Essa opção, mais tarde, seria considerada equivocada por setores das classes dominantes argentinas, que a ela creditariam, em parte, a perda de terreno ante o Brasil. Contudo, as fortes pressões norte-americanas e a própria constatação da inevitável derrota da Alemanha levariam a Argentina a romper com a sua política de neutralidade. Seja como for, essa evolução indica a enorme importância da política externa para os rumos do desenvolvimento.

Enquanto isso, o Brasil adotou uma política externa cujo objetivo seria obter financiamentos, tecnologia, armamentos vantagens e ocupar espaços decorrentes do acirramento dos conflitos internacionais. Esta política refletia o projeto nacional de Vargas.

Da mesma forma que na Argentina, no Brasil a definição das alianças e da política externa era de grande importância para o rumo do desenvolvimento. Como indicou Moura (1980), em um contexto de acirramento dos conflitos internacionais e de divergências no interior do Estado e das classes dominantes quanto as potenciais alianças externas do Brasil, o governo Vargas adotou uma política de “equidistância pragmática” entre as duas potências. Esta política foi adotada ao mesmo tempo em que ganhou consistência o projeto de desenvolvimento de Vargas⁴, o que tornou premente enfrentar a questão do financiamento do avanço da industrialização⁵. Nesse

4 O projeto de desenvolvimento Vargas ganhou mais consistência a partir de uma série de políticas, medidas e iniciativas adotadas no período, dentre as quais cabe destacar: moratória da dívida externa, formação de um fundo de investimento a partir de um novo imposto sobre as operações cambiais, incremento do comércio com a Alemanha com base em marcos de compensação, enrijecimento da legislação nacionalista, criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil visando o financiamento da agricultura e da indústria, plano de expansão e integração dos meios de transporte com o fito de melhor integrar o mercado interno, definição do Plano Nacional de Obras Públicas e Reparcelamento da Defesa Nacional com o objetivo de expandir a infraestrutura e desenvolver a indústria de base e a elevação da construção da moderna siderurgia no Brasil como projeto prioritário do governo. (CORSI, 2000).

5 Também estava colocado para o governo Vargas o enfrentamento da crucial questão do financiamento interno do desenvolvimento. Fazia-se necessário articular um esquema interno de financiamento. Não caberia aqui desenvolver este ponto.

contexto, Vargas buscou, sem sucesso, articular financiamento para a industrialização tanto nos EUA quanto na Alemanha. Contudo, a questão de como financiar a importação de um volume crescente de bens de capital e tecnologia, essenciais para o desenvolvimento, continuava em aberto em um contexto de carência de divisas, estancamento dos empréstimos e investimentos externos e de necessidade de modernizar as forças armadas, ainda mais que a Argentina estava levando a cabo programa de modernização de suas forças de defesa.

O encaminhamento dessa questão chave parecia implicar uma aproximação em relação à Alemanha, pois esta parecia disposta a trocar, por meio de acordos bilaterais de compensação, bens de produção e armas por matérias-primas, em especial algodão (WIRRTH, 1973).

Naquele contexto de relativa desarticulação da economia mundial e acirramento dos conflitos interimperialistas, a articulação de financiamento externo passava por alinhamentos políticos e ideológicos. No entanto, as classes dominantes e o governo estavam rachados, como assinalou Moura (1980), em relação às alianças externas do Brasil. Trilhar o caminho de um desenvolvimento mais autônomo, à época, implicaria uma aproximação à Alemanha. Essa opção, contudo, significava implodir a base de sustentação política do regime e deixar o país à mercê de prováveis represálias norte-americanas. As divergências no interior do Estado e das classes dominantes limitaram o campo de ação de Vargas, levando-o a deixar em aberto as opções relativas às vias de desenvolvimento do país. A política de Vargas encontrava-se em um impasse, o que levava o Estado Novo a oscilar entre os EUA e a Alemanha (MOURA, 1980; GAMBINI, 1977).

A Argentina, por seu turno, continuava a manter a aliança com a Grã-Bretanha como o eixo de sua política externa, não aproveitando as possibilidades abertas pelo acirramento das disputas internacionais. Ao mesmo tempo em que também continuava com sua política independente em relação aos EUA, evidenciada nos confrontos nas numerosas reuniões continentais do período que antecedeu a eclosão da guerra. A definição das alianças externas

ganharia crescente importância a partir do início da guerra e particularmente depois da entrada dos EUA no conflito. Deste momento em diante, também aflorariam as cisões das classes dominantes platinas quanto às alianças externas. Ponto cujo desfecho seria um dos elementos centrais nos embates políticos que marcaram a Argentina e culminariam na vitória de Perón (RAPOPORT, 2000; ROMERO; 2006).

A deterioração da situação internacional, que colocava a guerra como uma possibilidade eminente, obrigou o governo Vargas a enfrentar essas questões. Os EUA buscando consolidar sua proeminência na América Latina e em especial controlar a estratégica saliência do Nordeste do Brasil convidaram o governo Vargas, em princípios de 1939, para discutir as formas de cooperação econômica e política entre os dois países. As negociações ocorridas no início desse ano, levadas a cabo por Osvaldo Aranha, então Ministro das Relações Exteriores, abriram o caminho para o enquadramento do Brasil na política externa norte-americana. Aranha, não seguindo as instruções de Vargas, como contrapartida de um empréstimo de cerca de 19 milhões de dólares para saldar atrasados comerciais e vagas promessas de créditos de longo prazo, acordou com os norte-americanos a retomada do pagamento da dívida externa e a liberalização da política cambial. Também foram firmadas iniciativas para incrementar as relações entre as forças armadas dos dois países (CORSI, 2000).

Apesar da péssima repercussão no Brasil dos acordos assinados em Washington, Vargas, no entanto, manteve o ministro em seu cargo. Porém, não seguiu à risca o que tinha sido acordado. Fez apenas um pagamento simbólico da dívida externa e abriu negociações sobre o assunto, que só chegariam ao fim em janeiro do ano seguinte. O câmbio foi parcialmente liberalizado em abril de 1939. O governo brasileiro aparentemente, pelo menos até meados de 1939, tinha margem de manobra para resistir às pressões norte-americanas. A guerra fragilizou a posição brasileira e reduziu ainda mais o espaço de manobra de Vargas, o que o levou a readequar seu projeto de desenvolvimento a nova situação. Indícios sugerem que Vargas viu nesses acordos uma possibilidade, mesmo que vaga, de superar o impasse em que se encontrava a questão do

financiamento do desenvolvimento (CORSI, 2000)⁶. Vargas optou pelo caminho aberto por Aranha, dando início ao alinhamento do Brasil aos EUA. De forma não linear, esse processo culminaria, em agosto de 1942, com a entrada do Brasil no conflito ao lado dos Aliados. A obtenção de financiamento norte-americano para instalação da grande siderurgia e o incremento das relações militares marcaram os primeiros passos desse processo de alinhamento. A entrada na guerra também se deveu as pressões internas, que ganharam terreno a partir do afundamento de vários navios brasileiros pelos alemães.

Nesse processo de alinhamento, um dos eixos da política externa brasileira foi à obtenção de armamentos, de créditos e bens de capital. A criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), projeto considerado estratégico e que foi viabilizado graças ao financiamento norte-americano, ocupou o centro desse processo. A Constituição da Cia Vale do Rio do Doce foi outro projeto importante, que também só foi viabilizado graças a empréstimos externos. A partir de 1941 foram assinados uma série de acordos comerciais com os EUA acerca do fornecimento de matérias-primas estratégicas para o esforço de guerra. Também foram assinados acordos de fornecimentos de armas em 1941 e 1942, que transformaram o exército brasileiro no mais bem equipado da América do Sul, rompendo com o equilíbrio de forças regional a favor do Brasil. A Argentina reagiu a sua exclusão do Lend Lease buscando fornecimento de armas junto a países do eixo e incrementando a produção interna por meio da criação da Direção Geral de Fabricação

6 Discurso de João Carlos Muniz, diretor-executivo do CFCE e membro da Missão Aranha, proferido em maio de 1939 na abertura dos trabalhos daquele ano é esclarecedor: “A economia que se baseia só na produção de matérias-primas não passa de uma economia colonial [...] todos nós somos testemunhas dos esforços de V. Ex.a. para implantar no país as indústrias básicas, sem as quais não poderá o Brasil equipar-se adequadamente nem prosseguir na obra do alargamento de sua economia agrícola e industrial [...] Os acordos concluídos em Washington [...] visam estabelecer a colaboração com a maior potência econômica e financeira do mundo; Esses acordos poderão ser, como bem viu V. Ex.a., uma alavanca potente para o nosso ressurgimento econômico.” (*Conselho Federal de Comércio Exterior, 1944: 11-12*). O discurso de Vargas proferido na mesma seção do CFCE, logo em seguida ao de Muniz, corrobora essa interpretação: “Senhores conselheiros: o discurso do Consul João Carlos Muniz, vosso Diretor Executivo, resumiu as bases do programa do Governo [...] O Brasil vive e precisa da exportação e deve, portanto, aumentá-la [...] Não nos podemos conformar, como bem disse vosso Diretor executivo, com sermos apenas um país exportador de matérias-primas, porquanto essa condição é própria de países semi-coloniais. Temos que tratar das nossas indústrias de transformação, da exportação de produtos manufaturados...” (*Conselho Federal de Comércio Exterior, 1944: 11-12*).

Militar. Os militares argentinos passaram a defender a expansão das indústrias ligadas à segurança nacional. Rapidamente tomaram consciência da importância do desenvolvimento industrial em geral, o que influenciaria a formulação da política econômica posteriormente (CORSI, 2000; RAPOPORT, 2000).

Neste período, também ganhou terreno no Brasil a ideia de um desenvolvimento integrado ao capital estrangeiro, mas que não comprometeria a soberania nacional. Vargas esperava que se estabelecesse um considerável fluxo de capitais norte-americanos para o Brasil, capaz de contribuir substancialmente para o seu desenvolvimento. Vargas tinha uma interpretação peculiar da aliança com os EUA (CORSI, 2000).

O governo Vargas procurava colocar-se como “aliado especial dos EUA” (MOURA, 1980). A contrapartida do alinhamento brasileiro a causa aliada seria o fornecimento de créditos, de bens de capital e de armamento e o apoio à pretensão do governo Vargas de firmar o Brasil como potência regional na América do Sul por parte dos norte-americanos. A organização de uma força expedicionária para atuar diretamente no conflito mundial e a frustrada tentativa de obter um acento permanente no Conselho de Segurança da ONU, quando de sua criação em 1945, foram aspectos centrais dessa política. Contudo, a posição do governo dos EUA quanto ao papel que o Brasil deveria ocupar no cenário internacional não correspondia às expectativas de Vargas. O governo Roosevelt via o Brasil fundamentalmente como um país subordinado (CORSI, 2000)

Escudé (1983) e Vázquez-Prevedo (1992) atribuem a esta política de alinhamento aos EUA, o avanço econômico mais rápido do Brasil em relação à Argentina. A aliança estratégica com os EUA teria propiciado uma ampla modernização das forças-armadas brasileiras. Isto alterou o equilíbrio militar na região, que até então pedia para a Argentina, em favor do Brasil. Este teria obtido na forma de financiamentos de longo prazo cerca de 150 milhões de dólares no período para financiar a expansão da infra-estrutura e da indústria, cabendo destacar a construção da Usina de Volta Redonda, agraciada com recursos da ordem de 45 milhões de dólares. A grande siderurgia só entraria em funcionamento na Argentina em 1960. Enquanto isso, a Argentina teve

sua expansão obstada, em boa medida, pelo bloqueio econômico norte-americano, que a privou de bens de capital e matérias-primas essenciais.

A argumentação desses autores é pertinente e relevante. Todavia, suas análises apresentam alguns limites, além de conterem certo exagero quanto aos benefícios auferidos pelo Brasil de sua aliança estratégica com os EUA. Creditar os problemas que reduziram o avanço da industrialização argentina, sobretudo, ao boicote norte-americano parece insuficiente. Essa carência atingiu também o Brasil, apesar de seus vínculos estreitos com os EUA. Os problemas relacionados à praça marítima e às prioridades do esforço de guerra norte-americano limitaram as importações de bens de capital pelo Brasil. Ao término da guerra, o parque industrial brasileiro também estava desgastado e obsoleto. É preciso levar em consideração que a subordinação e dependência do Brasil aos EUA se aprofundaram. É necessário matizar as vantagens brasileiras. O desempenho econômico de um país depende de um conjunto de determinações e o boicote norte-americano não parece ter sido decisivo. Mais importante parece ter sido a política econômica levada a cabo pelos governos conservadores. A política de Vargas foi claramente mais favorável ao desenvolvimento calcado na indústria. Estas diferenças dependem de uma série de condicionamentos de ordem estrutural e conjuntural.

Apesar de corretas, as razões apontadas por Escudé (1983) para a Argentina adotar a política externa de confronto com os EUA não esgotam a questão. É preciso também levar em conta os projetos nacionais em disputa e a correlação de forças na sociedade argentina. Este autor parece não dar a devida importância ao fato de setores das classes dominantes argentinas se oporem ao pan-americanismo e neste aspecto serem apoiados por forças nacionalistas e anti-imperialistas e por grupos favoráveis ao eixo, embora estivesse crescendo o peso dos setores de classe favoráveis ao redirecionamento da política externa argentina para os EUA. No que diz respeito às alianças externas do país, as cisões das classes dominantes argentinas parecem ter sido muito mais problemáticas que no Brasil.

No caso da Argentina, é necessário levar em consideração as alterações no projeto de parte da coligação conservadora. A expressão maior acerca da busca de saídas alternativas foi o

Plano Pinedo de 1940, que buscava adequar os interesses da chamada oligarquia diversificada e de outros setores dominantes a nova realidade mundial e as transformações em curso na sociedade, redirecionando a economia argentina para os EUA, estimulando o setor industrial e, sobretudo, estabelecendo uma estratégia de desenvolvimento calcada nas exportações de alimentos e matérias primas processadas industrialmente, setores em que a Argentina detinha capacidade de competir no mercado mundial. Esta proposta poderia representar uma alternativa ao modelo de industrialização via substituição de importações. Este projeto, contudo, parecia estar deslocado de seu tempo, pois pressupunha uma economia mundial aberta, que não existia naquele momento.

Entretanto, o Plano Pinedo não foi aprovado no Congresso. Outro projeto estava se articulando em torno dos militares e de amplos setores populares. Projeto que tinha como um de seus pilares a proposta de uma industrialização mais ampla e voltada para o mercado interno por meio do aprofundamento do processo de substituição de importações, o que incluía o desenvolvimento da produção de insumos, como petróleo e aço, e de bens de capital, é importante para a compreensão da evolução da política externa da Argentina e dos rumos da economia e da sociedade. Neste projeto, articulado em torno de Perón, o Estado teria papel fundamental no desenvolvimento, assim como era também fundamental a proposta de uma política de pleno emprego e de distribuição de renda. Pontos tão salientes quanto importantes no programa de Perón, cuja ascensão ao poder dependeu do decisivo apoio da classe trabalhadora. O projeto conservador também carecia de amplo apoio interno. (LLACH, 1984; JORGE, 1971; VILLANUEVA, 1975; RAPOPORT, 2006; ROMERO 2006).

No caso brasileiro, observa-se o aprofundamento da postura e do discurso nacionalista a partir de 1943, ao mesmo tempo em que o projeto de desenvolvimento ganhava maior densidade, sem que isso alterasse a linha mestra da política externa, calcada na aliança estratégica com os EUA, apesar das crescentes pressões do governo Roosevelt pelo fim da ditadura. A partir do processo de alinhamento aos Estados Unidos, Vargas redefiniu seu projeto de desenvolvimento. O programa de Vargas, apesar de voltado para o mercado interno e para o fortalecimento do capital

nacional, não se opunha à participação do capital estrangeiro na economia, até mesmo nos projetos considerados estratégicos para o país. Defendia sua ampla participação, desde que esta se subordinasse aos interesses nacionais. Tudo indica que Vargas considerava que o largo financiamento externo e a aliança estratégica com os Estados Unidos não fossem incompatíveis com a industrialização centrada em capitais nacionais, com a autonomia nacional e com um papel de potência média na América do Sul. O projeto de Vargas oscilou entre um desenvolvimento autônomo e um desenvolvimento integrado ao capital estrangeiro. A estratégia industrializante, baseada em forte presença estatal na economia, proteção ao mercado nacional e ampla participação do capital estrangeiro parecia ser a alternativa fatível à época do ponto e vista do amplo arco de forças que se aglutinou em torno da expansão do mercado interno. A postura nacionalista mais firme ao final do Estado Novo, delineada a partir da Instrução nº 7 e de uma legislação antitruste (Lei Malaia), que atingiam os interesses do capital estrangeiro, não significou o abandono da linha política definida com o alinhamento aos EUA.

No contexto de crise do Estado Novo, marcado por pressões internas e externas pelo fim da ditadura, essas medidas relacionavam-se muito mais com a tentativa de Vargas aproximar-se das classes populares e permanecer no poder do que a ruptura com a estratégia de desenvolvimento calcada em amplo financiamento externo. A erosão de sua base de sustentação política junto às classes dominantes, levou Vargas a partir de 1942/1943 a imprimir uma política de mobilização dos trabalhadores com o objetivo de criar uma nova base de sustentação que lhe permitisse controlar a transição do regime e, se possível, permanecer no poder. Foi a partir desse momento que tomou corpo o projeto trabalhista de Vargas, centrado no mito da doação da legislação social, que era acalentado desde os anos 1930 (PARANHOS, 1999; CORSI, 2000). Não por acaso, Vargas tentou recompor sua base de sustentação, tentando mobilizar a classe trabalhadora, quando essa ampla aliança que o sustentava começou a fazer água. Importa discutir se nova postura acarretou alguma mudança de enfoque na política externa no período. De imediato, a queda de Vargas resultaria na curta experiência liberal de Dutra, mas o projeto industrializante seria retomado em bases mais amplas, sem que isso significasse ruptura com a

aliança estratégica com os EUA. Na Argentina, a vitória de Perón representaria a consolidação de um projeto de desenvolvimento calcado no mercado interno, na indústria, na distribuição da renda e em uma política externa independente.

3- Bibliografia

ABREU, Marcelo P. – *O Brasil e a economia mundial (1930-1945)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

ARCEO, E. – *Argentina em la periferia prospera: renta internacional, dominación oligarquica y modo de acumulación*. Buenos Aires: Universidade Nacional de Quilmes, 2003.

BASTOS, Pedro Z. – *A dependência em progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil, 1890-1954*. Tese de Doutorado. Campinas, IE-UNICAMP, 2001.

CERVO, A. L. e BUENO, C. – *História da política exterior do Brasil*. São Paulo Ática.

CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR.(1944) - *Dez anos de atividade*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional , 1992.

CORSI, Francisco. L. – *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo, EDUNESP, 2000.

DI TELLA, T. ZYMELMAN, M. – *Etapas del desarrollo económico argentino*. In: DI TELLA, T. et all – *Argentina Sociedad de Massas*. Buenos Aires: EUDEBA, 1965.

ESCODÉ, C. - *Gran Bretana, Estados Unidos y la declinación argentina (1942-1949)*. Buenos Aires: Belgrano, 1983.

ETULAIN, Carlos - *Intervenção do Estado, economia e petróleo: um estudo sobre liberalismo e nacionalismo na Argentina*. Campinas: UNICAMP. Dissertação de mestrado defendida junto IE-UNICAMP, 1991.

FAUSTO, Boris - “Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial (1920-1945)”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 20, 1988.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. J. - *Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo, Ed. 34, 2004.

FERRER, Aldo – *A economia argentina. De suas origens ao início do século XXI*. Rio de Janeiro, Campus, 2006.

FODOR, J. G. e O’CONNELL, A - “La argentina y la economia atlantica en la primeira mitad del siglo XX” In: *Desarrollo Económico*. Buenos Aires, v.13, n. 49, 1973.

FONSECA, Pedro C. D. – *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

FURTADO, Celso - *Formação econômica do Brasil*. 18 ed. São Paulo, Nacional, 1982.

GAMBINI, R. (1977) – *O duplo jogo de Getúlio Vargas*. São Paulo: Símbolo.

GERCHUNOFF, Pablo e LLACH, Lucas – *El ciclo de la ilusión y el desencanto*. Buenos Aires Ariel, 2005.

_____ Causas y azares en más de un siglo de historia económica argentina. In: RUSSEL, R. (org.) – *Argentina, 1910-2010. Balance de siglo*. Buenos Aires: Aguilar, 2010.

HILTON, E. – *O Brasil e as grandes potências: os aspectos políticos da rivalidade comercial (1930-1939)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977a.

_____ - *O Brasil e a crise internacional: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977b .

HOBBSBAWM, Eric. J - *A era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo, Cia. das letras , 1995.

JORGE, E. - *Industria y concentración económica*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1975

LLACH, Juan. J. - "El Plan Pinedo de 1940, su significado histórico y los orígenes de la economía política del peronismo". In: *Desarrollo Económico*. Buenos Aires, 23 (92): 515-556, 1984.

MELLO, J. M. C. – *O capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

MOURA, Gerson. – *Autonomia na dependência: a política externa brasileira (1935-1942)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MORGENFELD, L. – *Vecinos en conflicto*. Buenos Aires: Lillo/Continente, 2011.

PANDOLFI, Dulce (org.) – “Os anos 1930: as incertezas do regime”. In: FERREIRA, Jorge. L. e DELGADO, L. A N. (orgs.) – *O Brasil republicano. O tempo do nacional estatismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

PARANHOS, Adalberto. – *O roubo da fala. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitemp, 1999.

PLAN de REACTIVACION ECONOMICA - In: *Desarrollo Económico*. Buenos Aires, v.19 n. 75, 1979.

ROMERO, Luis A. - *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

RAPORT, Mario e LAUFER, R. – *Estados Unidos ante el Brasil y la Argentina*. Buenos aires: EconomiZaete ,2000.

_____ *Historia económica, política y social dela Argentina, 1880-2003*. Buenos Aries, Ariel, 2006.

_____ et all. – *Historia de la economia argentina del siglo xx*. Buenos Aires: La Página, 2007.

VÁZQUEZ-PRESEDO, Vicente – *Consecuencias económicas de la guerra para um país neutral – Argentina; 1939-1945*. Buenos Aires: Academia Nacional de Ciencias Económicas, 1992.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

17

VIGEVANI, T. – Questão nacional e Política Exterior. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1990.

VILLANUEVA, J. – La Depresion y la Segunda Guerra Mundial: sus efectos sobre el desarrollo económico argentino. Buenos Aires, 1975

WIRTH, Jhon. – *A política de desenvolvimento na era Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1973.